

YÊDA PESSOA DE CASTRO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO DOS ESTUDOS AFRICANOS NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DA DÉCADA 1980.

Cristiane Copque da Cruz Santos de Santana¹

RESUMO

O texto apresenta fragmentos da história do Centro de Estudos Afro - Orientais – CEAO da Universidade Federal da Bahia – UFBA contada a partir da realização do *Projeto Introdução aos Estudos Africanos*. Aborda o período de planejamento da proposta e os motivos que levaram o centro, na gestão da professora Yêda Pessoa de Castro, a realizar uma experiência educacional pioneira de articulação institucional entre a Universidade, o movimento social e a escola pública baiana na década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Estudos Africanos na escola.

ABSTRACT

The text presents fragments of the history of the Center for Afro-Oriental Studies - CEAO Federal University of Bahia - UFBA counted from the accomplishment of the Project Introduction to African Studies. To deal with the planning period of the proposal and the reasons that made the center, in the management of teacher Yêda Person Castro to hold an educational experience pioneering a institutional articulation between the University, the social movement and the public school from Bahia/Brazil in 1980.

KEY – WORDS: Education. African studies in the school.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA. E-mail: cristianesantana@ifba.edu.br.

INTRODUÇÃO

Nesse texto², apresentamos fragmentos da história do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO da Universidade Federal da Bahia – UFBA contada a partir das ações realizadas no contexto do Programa de *Cooperação Cultural entre o Brasil e os Países Africanos e para o Desenvolvimento de Estudos Afro-Brasileiros* criado no ano de 1974. Para tanto, descreveremos a atuação desse renomado centro de estudos e pesquisas e a articulação deste com instituições do Movimento Negro baiano na década de 1980 a fim de implantar o *Projeto Introdução aos Estudos Africanos*. A discussão apresentada aborda o período de planejamento da proposta em questão e os motivos que levaram o CEAO, enquanto órgão vinculado a uma importante universidade brasileira, a realizar essa ação pioneira de articulação institucional entre a Universidade, o movimento social e a escola pública, na década de 1980, na gestão da professora Yêda Pessoa de Castro. O projeto constitui uma experiência educacional realizada ao longo dos anos de 1985-86 com o objetivo de incluir a disciplina *Introdução aos Estudos Africanos* nos currículos das escolas baianas e representa um antecedente dos programas e ações afirmativas que ora vivenciamos, especialmente, no que se refere ao trabalho com conteúdos relacionados à História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares como conteúdo obrigatório, conforme a Lei 10.639³ que, em

janeiro desse ano, completou dez anos de promulgação.

O artigo apresenta informações colhidas em fontes documentais localizadas nos arquivos do CEAO, além de depoimentos fornecidos à autora, baseados nas memórias de alguns dos sujeitos envolvidos no projeto em questão, que merece ser sempre lembrado como uma iniciativa em prol da desmistificação do racismo e dos estereótipos associados à população negra, via conhecimento da história e cultura africana por parte de professores e estudantes das escolas públicas baianas. Sem a pretensão de esgotar os encontros e desencontros dessa experiência educacional, o texto apresenta os primeiros passos e o contexto em que nasce a proposta, que também fora abordada por Boaventura (2003), Santos (1987) e Cruz (1987) em diferentes produções.

Estudos Africanos no Brasil: contexto de criação do CEAO/UFBA

Segundo Munanga (1996, p.9-11), os estudos sobre a África no Brasil nasceram em contextos diferentes, embora historicamente relacionados. No primeiro contexto, situado entre os anos de 1900 a 1950, surgem os chamados “estudos afro-brasileiros”, como pano de fundo cultural para entendimento dos mecanismos de resistência e transformação das culturas africanas nas Américas. No segundo contexto, situado a partir de 1960, os estudos ressurgem no momento de solidariedade dos países do Terceiro Mundo a

² Esse texto é parte do Capítulo 3 da Dissertação de Mestrado defendida pela autora em 2008, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, intitulada *Introdução aos Estudos Africanos na escola: trajetória de uma luta histórica* (CRUZ, 2008).

³ Lei federal que, em 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) no Art. 26 e tornou

obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Foi alterada em 2008, pela Lei Federal nº 11.645, que a complementou com a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena.

partir da *Conferência de Bandung* (1955)⁴, tem seu apogeu após a queda do império colonial e nos anos após a independência dos países africanos. Nesse período, a “retórica oficial” teria proclamado o reforço dos laços de parentesco históricos entre Brasil e África, entretanto, essa solidariedade teria sido acompanhada pelos interesses comerciais e econômicos que, por sua vez, demandavam um maior conhecimento do continente parceiro. O terceiro contexto, a partir dos anos 1970, estaria relacionado à ação político-ideológica dos afro-brasileiros e tem suas raízes na atuação do Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento, e no Teatro Popular, liderado por Solano Trindade. Esse contexto coincide com a tentativa dessas instituições de ressaltar as matrizes africanas presentes na cultura brasileira como estratégia de (re) construção da identidade e autoestima da comunidade negra.

O CEAO foi criado em 1959, na segunda fase dos estudos africanos no Brasil, por George Agostinho da Silva. De acordo com Yêda Castro (2006, p. 331), naquele momento, no contexto do projeto maior Oriente-Occidente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO fazia propostas às universidades da Europa e das Américas para que estas instalassem centros de estudos asiáticos em seus domínios. Nesse contexto, ao encontrar-se com o então Reitor Edgar Rêgo dos Santos,

Agostinho da Silva sugeriu que a UFBA ampliasse a proposta da organização citada e criasse um Centro de Estudos Afro-Orientais, pois este melhor se adequaria à realidade histórica e cultural da Bahia. A partir daí,

[...] constitui-se o CEAO como órgão de ensino, estudo, pesquisa e divulgação das culturas africanas e asiáticas, da influência dessas culturas no Brasil e da presença brasileira naquelas culturas. Em plano internacional, era destinado a divulgar e promover o conhecimento da língua portuguesa na África e das línguas e culturas africanas no Brasil. Em plano local, visava também a formação de especialistas em diferentes campos de conhecimentos relativos às suas áreas de interesse comum e a participação da comunidade em suas atividades. [...] (CASTRO, 2006, p. 332).

Munanga (2004, p. 77) afirma que os estudos africanos realizados num primeiro momento partiam das iniciativas individuais de pesquisadores isolados enquanto que, a partir da década de 1960, adquirem um caráter institucional. Desse modo, o CEAO, enquanto órgão oficial, foi instalado no subsolo do palácio da Reitoria da UFBA e seu primeiro diretor foi o próprio Agostinho da Silva. Em 1961, o então diretor viajou para Brasília para fundar um Centro de Estudos Portugueses na Universidade de Brasília e, em seu lugar, assumiu o professor Waldir Freitas de Oliveira. Ainda nesse ano, segundo Castro (2006, p.332-333), o centro ofereceu os primeiros cursos de línguas orientais e africanas através da Fundação Japão e do Professor EbenezerLashebikan e a sua fase pioneira, localizada entre os anos de 1959 a 1969, representou: a consolidação das bases da política cultural idealizada por Agostinho da Silva, normatizada no Regimento Interno de 1963, e um momento de reconhecimento e

⁴ A *Conferência de Bandung* foi realizada entre 18 e 24 de abril de 1955 e contou com a participação de vinte e nove estados asiáticos e africanos. Objetivava a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, em oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outra nação considerada imperialista. Nessa Conferência o racismo e o imperialismo foram declarados como crimes e foi discutida a responsabilidades dos países imperialistas na ajuda para a reconstrução desses países. (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Bandung >. Acesso em 22 de janeiro de 2008).

projeção nacional e internacional. Ainda nesse período, o Centro publicou a *Série Estudos/Documentos*, o *Boletim de Informações*, mais tarde com o nome de *Informativo CEAO* e, em 1965, editou a *Afro-Ásia*, primeira revista brasileira especializada em África e Ásia do país.

Apesar de ter assumido a direção do Centro somente em 1980, Yêda Castro destaca que:

[...] eu fui indicada para assumir a direção do CEAO num momento em que o CEAO atravessava por uma crise muito grande, inclusive, ameaçado de extinção. Porque, a partir dos anos 70, com a Reforma Universitária, os órgãos suplementares da Universidade perderam a sua autonomia e o CEAO ficou vinculado regimentalmente à Faculdade de Filosofia da UFBA. Sendo assim, os pesquisadores e professores do CEAO tiveram de ser relotados em um departamento da UFBA de sua livre escolha. [...] (depoimento à autora, ago./2007, p. 1).

Conforme o depoimento, o contexto em que a profa. Yêda assume o CEAO coincide com o período de repressão política e ideológica exercida pelo governo militar, a qual repercutiu seriamente na organização educacional do país em todos os níveis. Por isso, após a década de 1970 e no período pós-Reforma Universitária,

[...] o CEAO ficou vinculado, regimentalmente, à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e reduzido aos serviços técnico-administrativos. Seus professores foram relotados em outras unidades da Universidade, o que proporcionou a introdução de cursos da área específica do CEAO ainda inéditos em departamentos da UFBA: História da África e Antropologia Afro-Brasileira, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e Geografia da África, no Instituto de Geociências. (CASTRO, 2007, p. 105).

Ainda que a reforma tenha reduzido a atuação do centro, os professores da UFBA interessados em pesquisar e promover ações vinculadas aos estudos africanos mantinham a sua influência nos departamentos da UFBA. Nesse contexto, como afirma Castro (2006, p. 332-333), após passar três anos na Nigéria desenvolvendo estudos etnolinguísticos (de 1962 a 1964), o professor Guilherme de Souza Castro assume a direção do CEAO em 1972 e sugeriu ao então Reitor Lafayette de Azevedo Pondé que fosse constituído o *Programa de Cooperação Cultural Brasil-África e para o Desenvolvimento dos Estudos Afro-Brasileiros*. A partir daí, em 4 de março de 1974 foi assinado o *Termo de Convênio* entre a União Federal, o Estado da Bahia, a Universidade Federal da Bahia -UFBA e o Município de Salvador para a realização do referido *Programa*. Os representantes da União que assinaram o *Termo de Convênio* foram o Ministro das Relações Exteriores, o Chanceler Mário Gibson Barbosa, e o Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho. O representante do Estado da Bahia foi o então Governador Antônio Carlos Magalhães, o representante da UFBA foi o Vice-Reitor, Professor Augusto Mascarenhas⁵ e o representante do Município de Salvador foi o então Prefeito Clériston Andrade. (TERMO DE CONVÊNIO, 1974, p. 1).

Para Castro (2006, p. 334), esse programa permitiu a superação da crise institucional na qual o CEAO se encontrava após a Reforma Universitária e ampliou suas possibilidades de atuação, através da assinatura de acordos de cooperação cultural e

⁵ No documento localizado nos arquivos do CEAO há a informação de que o Vice-Reitor estava representando o Reitor da UFBA da época, o Professor Lafayette de Azevedo Pondé.

da realização de ações fundamentais para sua sobrevivência. As atribuições das instituições envolvidas no *Termo de Convênio* foram divididas da seguinte maneira: à União, ao Estado da Bahia e ao Município de Salvador coube o repasse de recursos e subvenções para a realização das atividades. A UFBA ficou responsável pela disponibilização de instalações em edifícios de sua propriedade em Salvador, no bairro do Terreiro de Jesus, atual Centro Histórico, além das obras e reparos para adequação do prédio. O CEAO foi definido como órgão executor do *Programa de Cooperação* e instituiu-se um Conselho Deliberativo encarregado de “[...] definir a programação dos trabalhos, sua política e orçamento [...]” (TERMO DE CONVÊNIO, 1974, p. 5).

O *Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e os Países Africanos e para o Desenvolvimento de Estudos Afro-Brasileiros*, objeto do convênio, compreendia a execução das seguintes atividades:

- a) a constituição e manutenção de um Museu Afro-Brasileiro, composto de coleções de natureza etnológica e artística sobre as culturas africanas e sobre os principais setores de influência africana na vida e na cultura do Brasil;
- b) a realização de cursos e seminários sobre tais assuntos;
- c) a edição e divulgação em português e idiomas estrangeiros de trabalhos sobre temas africanos e afro-brasileiros;
- d) o estímulo à realização de pesquisas originais sobre assuntos afro-brasileiros, mediante a concessão de bolsas de pesquisa e o compromisso de edição dos trabalhos produzidos;
- e) o acolhimento a bolsistas africanos, para os quais serão organizados cursos intensivos de português e cultura brasileira, antes de iniciarem estudos regulares em universidades e instituições educacionais brasileiras;

- f) a recepção e orientação a personalidades intelectuais africanas em visita ao Brasil;
- g) o recrutamento, a pedido do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação e Cultura, de professores para missão educacional e cultural na África;
- h) o assessoramento, a pedido do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação e Cultura, na organização de representação brasileira a manifestações artísticas e culturais na África;
- i) o incentivo à criação artística de temática afro-brasileira, mediante subvenções ou concursos de natureza literária, música, de artes visuais, cinema, teatro e dança;
- j) o estímulo à criação de núcleos universitários e coleções dedicadas a temas africanos e afro-brasileiros;
- l) o reinício dos Congressos Afro-Brasileiros, mediante a cooperação de universidades e instituições culturais brasileiras, de três em três anos, com a participação de estudiosos afro-brasileiros e africanistas estrangeiros;
- m) outras iniciativas que se ajustem às finalidades do convênio; (TERMO DE CONVÊNIO, 1974, p. 2-3).

Ao analisarmos as atividades elencadas, observamos que cada uma demandaria uma investigação sobre o seu cumprimento e seus desdobramentos. Em virtude da relevância dos compromissos assumidos para a ampliar as relações estabelecidas entre a Bahia e os países africanos, acreditamos ser importante o levantamento do que foi realizado naquele período, atividade que escapou aos objetivos desse texto e da pesquisa realizada. É relevante salientar que a existência desse documento favoreceu a realização de diversas ações em articulação Brasil-África por parte do CEAO, em plena ditadura militar, tais como cursos de línguas africanas como o Iorubá e o Quicongo, além do *Programa de Cooperação Cultural* com a Universidade Nacional do Zaire.

O CEAO na gestão da professora Yêda Pessoa de Castro: o curso de *Introdução aos Estudos da História e Culturas Africanas* (1982) e seus desdobramentos

A professora Yêda Pessoa de Castro é etnolinguista, atualmente, está aposentada pela UFBA e atua como Professora Visitante do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Na década de 1970, era professora lotada no CEAO e, durante a Reforma Universitária, foi transferida para o Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH. Sobre a sua experiência acadêmica entre os anos de 1960 a 1970, relembra os docentes que atuavam na UFBA e desenvolviam estudos africanos e descreve que:

[...] Nesse momento, eu estava na Nigéria, na Universidade de Ifé, em companhia do Professor Guilherme de Souza Castro, quando recebi uma carta do Professor Waldir Oliveira, então Diretor do CEAO, a indagar qual seria a minha escolha. Embora a minha formação inicial tenha sido em lingüística, preferi o Departamento de Antropologia da FCH em lugar de qualquer outro departamento do Instituto de Letras porque pressenti que a Antropologia me abriria uma visão de mundo que eu não teria no Instituto de Letras. Ainda mais porque o Departamento de Antropologia acabara de ser fundado por iniciativa do Professor Thales de Azevedo e já estava incorporando no seu quadro pesquisadores e estudiosos do CEAO da importância do antropólogo Vivaldo da Costa Lima, grande conhecedor dos candomblés da Bahia e do próprio Waldir Freitas Oliveira, geógrafo e africanista, entre outros, Mestre José Calazans, conhecedor de Canudos, o etnólogo Carlos Ott, a tupinóloga Consuelo Pondé de Senna. Não tive dúvida, pedi para ir para o Departamento de Antropologia.

Ao final dos anos 60, foi aberto o Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, onde eu me inscrevi. Foi aí que eu me dediquei a estudar a fundo Antropologia. A minha dissertação de Mestrado em 71 eu escrevi em inglês na Nigéria, sob a orientação do professor OlasopéOylaran da Universidade de Ifé, que hoje é professor numa Universidade nos Estados Unidos. [...] Concluí o Mestrado em Ciências Sociais e entrei fundo, realmente profundo na questão da Antropologia. Porque, desde o primeiro momento, percebi que, pra estudar a presença africana no Brasil, pra estudar a participação dos negros africanos na formação do português brasileiro, na construção da identidade brasileira, eu teria, antes de mais nada, que passar pela questão da cultura, pela Antropologia, dar uma visão antropológica à questão e não, simplesmente, uma visão lingüística o que seria feito se eu tivesse optado pelo Instituto de Letras.

Minha dissertação de Mestrado foi baseada numa pesquisa no Recôncavo da Bahia, Santo Amaro, Cachoeira, num terreiro de nação jeje-angola. Foi aí que eu descobri que, até aquele momento, todo o nosso conhecimento em torno da presença africana na Bahia - e consequentemente no Brasil também, porque a Bahia sempre foi o centro dinâmico dessas influências, - estava voltado e concentrado no estudo da cultura iorubá, dos orixás da tradição iorubá. Quer dizer, era uma visão muito etnocêntrica de toda a questão, a ponto de tudo que se considerava de influência africana no Brasil passava a ser visto através de uma ótica iorubá mesmo quando não era.

Volto da Nigéria em 74, quando assume a direção do CEAO o professor Guilherme de Souza Castro, que criou o Programa de Cooperação Cultural Brasil-África e idealizou o Museu Afro-Brasileiro. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p. 2).

A sensibilidade e interesse da professora Yêda Castro pelas questões relativas aos povos e culturas africanos foram evidenciadas em seu depoimento que se refere ao período anterior à assunção do cargo de direção do CEAO. O reconhecimento da

importância da Antropologia para o entendimento da cultura africana revela ainda a intenção da pesquisadora no aprofundamento de suas reflexões e a realização de seus estudos junto às comunidades de terreiro teria sido um fator que favoreceu a sua aproximação com o Movimento Negro da Bahia. Em abril de 1980, Yêda Castro, acompanhada do bibliotecário Climério Joaquim Ferreira, foram nomeados Diretora e Vice-Diretor do CEAO, na gestão do então Reitor Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa. Sobre os processos vivenciados na nomeação, a professora argumentou que:

[...] Com o Reitor Macedo Costa sou nomeada diretora do CEAO em 1980. Eu fui, inclusive, levada a aceitar a direção do CEAO pressionada pelos funcionários do CEAO e pela própria comunidade negra daqui. Pelos movimentos negros, pelos Terreiros de Candomblé, sobretudo, pelos Terreiros de Candomblé que sempre foram grandes aliados, meus aliados no CEAO. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p. 2).

Apesar de não aprofundar suas reflexões sobre como teriam sido as pressões por parte dos funcionários do CEAO citadas em seu depoimento, ao assumir o cargo, a professora Yêda reconheceu que, embora tenha recebido o apoio de determinados setores do Movimento Negro, foi criticada por outras tendências que a acusaram de “ser uma branca querendo ocupar as coisas de negro”. Acreditamos que essa postura por parte do Movimento Negro poderia ter sido causada pela desconfiança em relação às intenções da pesquisadora e, além das críticas oriundas do Movimento, Yêda Castro argumentou que também teria sido criticada pela própria Universidade:

[...] Resultado: eu já entrei CEAO com essa intenção realmente de promover a comunidade negra. E também, naquele momento, os Blocos Afros e os Afoxés estavam cada vez mais atuantes, aumentando em número, sendo fundados novos blocos. O que foi que eu fiz? Primeira providência foi abrir a biblioteca do CEAO para suas pesquisas. A primeira demonstração desse apoio aconteceu na minha posse. Lá na minha posse estavam presentes representantes de Terreiros, representantes de Blocos, de Afoxés, de Movimento Negro a ponto de, no dia seguinte, o comentário todo na Universidade é que eu estava mudando a feição (ênfase) da Universidade. Porque havia muitas pessoas negras que foram assistir a minha posse. Edivaldo Brito, Olga do Alaketu, Jorge Alakija, Taata Raimundo Pires, entendeu? Muitas tendo ido à reitoria pela primeira vez. Porque foram essas pessoas e a comunidade negra que me incentivaram e me apoiaram respondendo ao meu apelo quando eu disse: - Bem, eu assumo a direção do CEAO. Agora eu preciso do apoio de todos. Porque eu não posso fazer nada sozinha. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p. 3).

Apesar das pressões externas e internas, a etnolinguista possuía uma ampla visão do continente Africano, de sua história e cultura construída a partir de suas vivências e pesquisas. Por isso, ao assumir a direção do Centro pôde contar com o apoio de religiosos do Candomblé, do chamado “povo de santo”, como D. Olga de Alaketu e D. Stella de Oxossi, tal como ela menciona. Partindo do entendimento de que o CEAO era um órgão de extensão da Universidade, a professora Yêda Castro abre as portas da instituição para a comunidade e novamente recebe críticas por parte dos intelectuais que argumentavam que a UFBA seria vulgarizada pela presença de pessoas sem formação acadêmica. No entanto, a ampliação da participação da comunidade negra nas atividades do centro, com destaque

aos sujeitos vinculados às religiões de matriz africana e às entidades do Movimento Negro, também causou impactos positivos na relação desta com a Universidade, através das trocas e parcerias firmadas, tal como a professora Yêda Castro comenta,

[...] Aí, convidei meus alunos dos cursos de línguas africanas, ex-alunos concluintes dos cursos de línguas africanas pra serem professores desses próprios cursos. Entre eles, o saudoso Taata Raimundo Pires ensinando Kikoongo. Makota Valdina que me apoiou muito em todo esse tempo que eu estive no CEAO. É minha amiga há muitos anos. Foi aluna do curso e colaborou com Taata Raimundo. Sérgio Barbosa que foi Presidente da Federação Baiana de Culto Afro-Brasileiro. Eu o coloquei como professor de iorubá no CEAO [...]. Só que eram pessoas sem nenhuma formação acadêmica e passaram a ser docentes na Universidade, é isso (risos). E havia ainda os Blocos Afros, Afoxés [...]. Os Blocos Afros e Afoxés começaram a freqüentar a biblioteca em busca de informações, de documentos sobre África, como inspiração dos seus temas. Fizemos várias reuniões lá no CEAO, várias atividades, inclusive, com a presença de pessoas não só da Universidade, mas também da comunidade. Nem sempre pessoas ligadas a Movimento Negro, nem a Terreiros de Candomblé, entendeu? Eram advogados negros, engenheiros, arquitetos que freqüentavam o CEAO nessas atividades que nos fazíamos. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p. 4).

Conforme o *Programa de Cooperação* criado a partir do *Termo de Convênio de 1974*, o Centro seria responsável por constituir um Museu Afro-Brasileiro, composto de coleções de natureza etnológica e artística sobre as culturas africanas e os principais setores de influência africana na vida e na cultura do Brasil. Essa foi a primeira tarefa realizada pela professora Yêda ao assumir o Centro.

[...] Nós assumimos o CEAO em abril, em janeiro do ano seguinte nós inauguramos o Museu. Não era o Museu, como até hoje não é o Museu. Aquilo ali é um núcleo do Museu Afro-Brasileiro porque o espaço que nos reservaram foi aquele onde hoje ele está o Museu [...]. A concepção do Museu feita pela professora Jacira Osvald, uma museóloga, era muito bonita, no princípio, muito bonita. [...] fizemos o quê pra inauguração do Museu? O Itamaraty comprou 375 peças nessa base, através de Pierre Verger, peças africanas. Verger foi pra África, voltou aqui trazendo essas peças africanas. Nós inauguramos o Museu com mil, duzentos e tantas peças. Por que? Fizemos uma campanha na comunidade negra pra doação ao Museu. Eu disse logo a princípio: - Não vamos comprar uma só peça, um só quadro de arte que for para o Museu. Porque se nós comprarmos um, vamos ser obrigados a comprar todos os outros. Então esse Museu é um Museu da comunidade e tem ser feito através de doações da comunidade. Aí, pronto. Todo mundo me procurava com o que fosse. [...] Bem, resultado: conseguimos, depois de muita luta, com apoio também do professor Vivaldo da Costa Lima, então Diretor do IPAC, conseguimos inaugurar o Museu em janeiro. Ah, foi uma coisa assim extraordinária. Eu nunca vi tanta gente. Com todos aqueles embaixadores africanos, olha, eu fiquei pasma, eu fiquei nas nuvens porque eu não esperava, entendeu? Eu não esperava aquela presença maciça da comunidade. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p. 4-5).

A proposta para a construção do acervo do Museu Afro-Brasileiro fora imediatamente atendida, o que revela a inserção e o respaldo da diretora diante da comunidade negra. Segundo a professora, personalidades importantes doaram seus pertences para que fossem expostos no Museu. No entanto, para que o Museu se constituísse num espaço de memória e cumprisse uma função educativa diante da população, a professora Yêda implementou os *Programas Museu Escola e Museu Comunidade*:

[...] O Museu Escola foi um acordo com a Bahiatursa. E a Bahiatursa levava, transportava as crianças e tinha uma pessoa lá, professora Graziela Ferreira Amorim, que era encarregada do Museu, entendeu? E ela orientava, era monitora. E muitas vezes eu ia também, eu gostava de lidar com as crianças, de mostrar as coisas do Museu. Eu me sentia bem feliz em relação a isso. Era o Museu Comunidade. Por sua vez, as autoridades africanas, todas que passavam por aqui, iam visitar o Museu. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p. 6).

Nesse ponto, destacamos outro público dentre os frequentadores do Centro: as escolas, professores e estudantes das escolas baianas. Sobre a presença dos estudantes nas dependências do CEAO, o Sr. Climério Ferreira argumentou que:

[...] Mas, quando estávamos na biblioteca, nós sentíamos a dificuldade dos estudantes do segundo grau que freqüentavam a nossa biblioteca, a necessidade que eles tinham de conhecimento sobre o continente africano. Eram diversas pesquisas feitas no nosso centro e, com o tempo, surgiu a idéia de se criar esse curso de Introdução aos Estudos Africanos na rede do estado. (CLIMÉRIO FERREIRA, depoimento à autora, set./2007, p. 1).

Atuando na gestão do CEAO, como vice-diretor em companhia da profa. Yêda, o Sr. Climério Ferreira, bibliotecário que atuou por mais de vinte anos no centro, observou a necessidade por parte de professores e estudantes dos conhecimentos sobre a história e cultura africana. A abertura do Museu Afro-Brasileiro ao público externo, especialmente, às escolas baianas, favoreceu o desvelamento do desconhecimento da história e cultura africana por parte de grande parcela da população. Essa reflexão é salientada pela professora Yêda Castro quando a mesma relata

os resultados dos *Programas Museu Escola e Museu Comunidade*:

[...] E, a partir daí, nós observamos que havia uma grande lacuna no conhecimento dos professores do ensino médio em relação à História da África e à História da Cultura Afro-brasileira através dessas visitas porque eles ficavam espantados de ver quanta informação que eles não sabiam. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p.7).

Conforme Sr. Climério Ferreira e professora Yêda Castro comentam, ao observarem a ampliação da procura por parte de estudantes e da comunidade negra por conhecimentos sobre a África e perceberem as reações demonstradas pelos educadores que frequentavam o Museu Afro-Brasileiro, os gestores do Centro identificaram uma oportunidade de expansão das ações do CEAO. Tratava-se da oferta de cursos sobre a História da África para o público em geral, destacando a participação dos professores das escolas públicas, tal como rezavam as atividades preconizadas no *Termo de Convênio* assinado em 1974.

Os gestores do centro observaram a partir dessa oportunidade a possibilidade de formar os docentes para que tais conteúdos fosse ensinados nas escolas baianas. Sem incorremos em anacronismos, vale ressaltar que esse permanece um desafio do presente, ainda não vencido pelas instâncias responsáveis pela formação inicial e continuada de professores na atualidade. Nesse sentido, com o afã de propiciar uma formação, ainda que preliminar, aos docentes que visitavam o Museu Afro-Brasileiro, no ano de 1982 o CEAO realiza o primeiro curso de *Introdução aos Estudos da História e Culturas Africanas*.

Em nossa investigação, localizamos e compilamos as fichas de inscrição desse curso nos arquivos da instituição e verificamos que trinta e quatro pessoas se inscreveram. A partir das informações disponíveis nas fichas, observamos que, dentre os inscritos no curso, 79% eram professores (26), 18% estudantes (6) e, apenas 3% (1) não apresentaram identificação profissional. Como a maioria era formada de professores, podemos inferir que esse teria sido o público prioritário do curso. No depoimento da professora Yêda Castro, a mesma se refere a esse curso realizado em 1982, apontando seus financiadores e as dificuldades encontradas na sua realização:

[...] Conseguimos um financiamento da Fundação FORD, porque eu me dava muito com o presidente, à época, Michael Turner. Solicitei a ele que concedesse uma verba pra nós instalarmos o curso. Viram a importância disso e instalamos o curso. Bem, quando acabou o financiamento da Fundação FORD e nós não tínhamos financiamento mais pra nada, não pudemos continuar a oferecer o curso. Porque o curso era dividido em quatro disciplinas: História, Geografia, Língua e Literatura, Antropologia [...]. (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p.9).

Observamos que, além de ofertar o curso, a gestora do CEAO teve que ir em busca dos financiadores, dado que a iniciativa não fora possível com custeio advindo dos recursos próprios do centro. Além do financiamento, havia dificuldades de acesso a materiais e referências bibliográficas sobre a história da África na década de 1980 para viabilizar a realização das aulas. Isso porque, concordando com o que salienta Munanga (2004) acerca do histórico dos estudos africanos no Brasil, o professor Jorge Conceição afirma que:

[...] Eu lembro de livros como 'África: o povo', de Carlos Comentini, um argentino que foi fazer seus primeiros estudos lá no Continente Africano viajando, segundo o que eu tive de informação, na carona de um navio porque os incentivos aos estudos africanos nessa época, na década de 60, 70, não eram tão plenos como nos dias de hoje. Então, principalmente, a América vivia processos de governos militares muito sérios, não é isso? Então, o processo era muito rígido. Havia uma preocupação em financiar projetos de uma outra natureza. [...] No Brasil pouca gente também estudava essas questões. Os livros didáticos que existiam, como existe ainda resquícios desses livros hoje, eram bastante distorcidos em seus conteúdos. Aí, nesse sentido, a gente tinha dificuldade de encontrar materiais didáticos. Eu lembro do livro de Ki-Zerbo (História da África I e II). Um estudo sobre África sério e que foi um dos primeiros livros utilizados por muitos estudiosos brasileiros, muitos professores que davam aula de História da África. Dentre outros materiais que a gente contava na época, romances, livros que vinham da Guiné Bissau, eu lembro de um livro editado pelo partido de Libertação da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde - PAIGC. Um partido organizado pelas Ilhas de Cabo Verde e pela Guiné Bissau que foram contra o regime colonialista dos portugueses. Então, eu lembro que tinha esse material trazido por alguns amigos africanos e que chegava às nossas mãos para nos ajudar nesses cursos iniciais de História da África, cujo primeiro, reivindicado pelos Movimentos Negros aqui de Salvador, (das várias células), foi o que se iniciou em 1982 - eu tenho ele aqui registrado (mostra o currículo) - ocorrendo no Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA - Universidade Federal da Bahia, com o patrocínio da Fundação FORD. [...] (JORGE CONCEIÇÃO, depoimento à autora, set/2007, p. 3-4).

O professor Jorge Conceição é geógrafo e atuou nos cursos oferecidos pelo CEAO em 1982 e 1986 ministrando a disciplina Geografia da África. Atualmente, trabalha com o que ele chama de “educação integral” e Medicina Natural, numa perspectiva

alternativa e naturalista. No período de realização do referido curso, atuava como militante do Movimento Negro e, a partir de suas reflexões, podemos inferir que os estudos africanos eram uma temática marginalizada nos círculos acadêmicos e que a iniciativa de realizar o curso de *Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas em 1982* representava uma inovação realizada pela direção do CEAO.

Na atualidade, graças aos esforços de pesquisadores diversos e ao advento das tecnologias de informação e comunicação, houve um incremento de publicações no campo dos estudos africanos e, inclusive, no ano de 2010 a UNESCO disponibilizou o *download* gratuito da coleção de livros sobre História da África do autor Joseph Ki-Zerbo a que o mesmo se refere. No entanto, suas afirmações são pertinentes ao revelarem as estratégias criadas à época para que se formulasse o material didático a ser usado no curso e embora afirme que o curso tenha sido reivindicado pelo Movimento Negro de Salvador, problematizando a autoria da ideia e se contraponto, em certa medida às afirmações de profa. Yêda Castro e Sr. Climério Ferreira, o professor Jorge Conceição reconhece o pioneirismo da ação e descreve com detalhes a sua organização curricular:

[...] Eu lembro que pessoas também a nível institucional, oficial, lutaram muito pra que esse curso ocorresse. Nós contamos aí com o nome da professora Yêda de Castro, que vai, inclusive, assinar como diretora do CEAO na época. A luta dela foi muito grande e ela nos convidou para fazer parte desse curso. Eu participei na condição de professor de Geografia da África; estava concluindo, na época, minha pós-graduação em Análise Urbana, na Universidade Federal da Bahia. [...] ..] (JORGE

CONCEIÇÃO, depoimento à autora, set./2007, p. 4).

A partir das reflexões do professor Jorge Conceição salientamos que a realização do primeiro curso de história da África pelo CEAO em 1982 serviu como uma das justificativas para que, no ano seguinte, a professora Yêda Castro encaminhasse o ofício nº 183/83 de 01/08/83 para o Conselho Estadual de Educação solicitando que a disciplina *Introdução aos Estudos Africanos* fosse incluída no currículo das escolas de 1º grau. O texto do referido documento será reproduzido a seguir:

[...] Considerando:

- a) as raízes históricas do Brasil e especificamente da Bahia;
- b) a evolução histórica e as características étnico-demográficas da sociedade baiana;
- c) a densidade dos componentes culturais africanos na composição da cultura baiana;
- d) a permeabilidade étnica e cultural da estrutura social da Bahia;
- e) o atual estágio das relações político-econômicas e culturais entre o Brasil e a África;
- f) as dimensões contemporâneas das relações inter-étnicas da cultura baiana;
- g) a política da União Federal desenvolvida através de programas de intercâmbio cultural visando o crescimento dos estudos afro-brasileiros;
- h) a necessidade de efetivamente resguardar a memória do país e do estado e firmar a caracterização da identidade do povo e da cultura baiana;
- i) a receptividade do professorado de 1º e 2º graus e do público em geral ao curso (em anexo) ministrado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais, em convênio com a Fundação Ford, de "Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas" cabendo salientar que foi o primeiro desse teor oferecido no Brasil;
- j) a existência de pessoal habilitado no magistério público de 1º e 2º graus para desenvolver atividades de ensino e pesquisa no campo dos estudos africanos;

l) Termo de Convênio (em anexo) celebrado, em 1974, entre a União Federal, o Estado da Bahia, a Universidade Federal da Bahia e o Município de Salvador, para a execução de um “Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e os Países Africanos e para o Desenvolvimento de Estudos Afro-Brasileiros” – (notadamente alínea n). É que, a Direção do Centro de Estudos Afro-Orientais, no uso de suas atribuições e como Órgão Executor do Programa de Cooperação Cultural Brasil – África, vem solicitar a esse Egrégio Conselho a inclusão da disciplina intitulada ‘Introdução aos Estudos Africanos’ nos currículos da escola de 1º grau, na forma da lei vigente. (OFÍCIO CEAO nº 183/83).

No documento acima, há uma referência ao curso realizado em 1982 como o “[...] primeiro curso desse teor oferecido no Brasil [...]”. Nas nossas investigações não encontramos informações sobre o curso relativas aos meses em que foi realizado somente a referência ao ano. No entanto, conforme mencionamos, nas fichas de inscrição, identificamos os nomes e dados pessoais dos trinta e quatro participantes e, através do depoimento do professor Jorge Conceição conseguimos identificar as disciplinas, seus respectivos docentes e a carga horária ministrada, que foi de 320h (trezentas e vinte horas). O ofício encaminhado pela direção do CEAO ao Conselho Estadual de Educação teve um tom acadêmico pautado em fundamentos históricos, antropológicos, políticos, sociológicos, além do argumento afirmando que houve receptividade por parte dos professores que frequentaram o curso de 1982. Esse curso ainda servirá como justificativa para outro argumento utilizado no documento, o qual se refere à existência de pessoal habilitado, no quadro de docentes do

serviço público de 1º e 2º graus⁶, a exercer atividades de estudos e pesquisa sobre a temática requerida na disciplina. Outro ponto a ser destacado é que há no ofício também uma referência às atividades previstas no *Termo de Convênio* assinado em 1974.

A iniciativa do CEAO ao solicitar a disciplina teve respaldo acadêmico na medida em que representa um pedido de um órgão universitário, com tradição e composto por pesquisadores de renome no campo dos estudos africanos. No entanto, cabe salientar que, embora essa iniciativa tenha sido pioneira do ponto de vista da Universidade, temos que destacar que o Movimento Negro Brasileiro, desde o início da década de 1940, já vinha realizando ações nesse sentido com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre a História da África. Por esse motivo, apesar da solicitação ter sido encaminhada em nome do CEAO, a professora Yêda precisava do apoio da comunidade negra para fortalecer a iniciativa:

[...] Então, convidei representantes do Movimento Negro, de Terreiros pra uma reunião lá no CEAO e fiz a proposta que está aí nesse documento. E comuniquei: - Vamos organizar um curso de Introdução aos Estudos Africanos e dar entrada a uma solicitação, pedir a Secretaria de Educação que formalize isso, porque vamos precisar retirar os professores da sala de aula pra frequentarem o curso. [...] (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p.7-8).

Podemos considerar que, a partir da experiência de 1982, a direção do centro repensou a estratégia para oferecer novos cursos de formação para professores e chegou à conclusão de que a iniciativa poderia ser

⁶ Após a criação da LDB 9.394/96, o 1º grau foi chamado de Ensino Fundamental e o 2º Grau de Ensino Médio. Atualmente, compete aos municípios a oferta do Ensino Fundamental, com duração mínima de nove anos, e aos Estados a oferta do Ensino Médio, com duração mínima de três anos.

bem-sucedida se fosse dirigida aos docentes que estivessem em sala de aula. Apesar de não encontrarmos os registros sobre a reunião citada, acreditamos que a proposta de inclusão da disciplina tenha sido imediatamente aceita pela comunidade negra já que essa era uma demanda defendida há muito tempo pelas instituições do Movimento. Nesse contexto, após tomarem conhecimento do ofício enviado pelo CEAO em agosto de 1983 e da ausência de um parecer e de encaminhamentos por parte do Conselho Estadual de Educação, em 10 de março de 1984, quinze *Entidades Negras da cidade do Salvador*⁷ enviaram um documento ao Secretário Estadual de Educação e Cultura referendando o ofício encaminhado em 1983:

Nós, Entidades Negras da cidade do Salvador e do Estado, vimos, através deste, solicitar a V. Ex.^a. a inclusão no currículo de 1º grau do nosso Sistema de Ensino, da disciplina 'INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS AFRICANOS' tendo em vista que:

1. A população de Salvador é constituída por um contingente majoritariamente de descendência africana;
2. O Brasil é uma sociedade pluricultural, por isso é necessário que seja estudada nas escolas a História das três raças constituintes da nação brasileira;
3. A ausência do estudo da História e da Cultura negra nos currículos escolares, concorre para a falta de identidade cultural e conseqüentemente, para a inferiorização do povo negro e de seus descendentes no Brasil;
4. Existe grande receptividade e expectativa da comunidade a todos os cursos de Estudos Africanos que são oferecidos por iniciativas dos Movimentos Negros e da Universidade através do CEAO-

Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

5. As relações político-econômica-culturais entre o Brasil e a África pressupõem um conhecimento mútuo da História e Cultura entre as nações brasileira e africana;

Temos ciência de que o CEAO enviou um ofício nº183/83 de 01.08.83 ao Conselho Estadual de Educação, solicitando também a inclusão da disciplina "Introdução aos Estudos Africanos", o qual nós estamos referendando. (BAHIA, 1986, p. 13).

A estrutura do documento encaminhado pelas entidades negras é semelhante à estrutura do ofício enviado pelo CEAO e inclui reflexões sobre pluralidade cultural da sociedade brasileira, o que implicaria a necessidade de estudos sobre as "raças" que constituem essa sociedade. Além desse argumento, outro ponto citado nessa carta que amplia os argumentos já mencionados no ofício de 1983 se refere aos prejuízos causados pela ausência desses conhecimentos na construção da identidade e auto-estima do "povo negro". Ana Célia da Silva destaca a atuação do Movimento Negro na reivindicação da disciplina *Introdução aos Estudos Africanos* quando afirma que:

[...] O que ficou marcante pra mim foi a iniciativa do Movimento Negro Unificado. Eu resolvi sair pedindo de uma a uma às entidades que assinassem um documento para solicitar ao secretário da época, era o professor Edivaldo Boaventura, que ele fizesse o segundo curso de formação para professores em história, introdução aos estudos africanos. A reivindicação era essa: fazer o segundo curso, porque o primeiro foi dado pelo CEAO [...] há alguns anos atrás por intermédio, por iniciativa da professora Yéda Pessoa de Castro que, na época, era diretora do CEAO. Então o MNU teve essa iniciativa. E era do grupo de educação Robson da Luz: eu, Jônatas e Gildália Menezes. E eu levei, praticamente, três meses pedindo às entidades negras que assinassem, porque naquela época as entidades

⁷ As instituições que assinaram o documento foram: Sociedade Protetora dos Desvalidos, Movimento Negro Unificado- BA, Adé Dudu, Versos Negros, Grupo de Estudos Afro-Brasileiros – GEAB, Grupo Cultural "OS NEGÕES", Ilê Aiyê, Olodum, Urunmilá, Grupo Negro do Garcia, Sociedade São Jorge do Engenho Velho, responsável pela preservação do Terreiro Casa Branca Bahia, Núcleo Cultural "NIGER-OKAN", Legião Rasta e Associação Centro Operário da Bahia. (BAHIA, 1986, p. 14-15).

negras não estavam muito ligadas nessa questão de educação. Quem trabalhava com essa área éramos nós quatro e havia muita resistência a essa variável dentro movimento negro. O pessoal queria mais trabalhar história e insurgência negra. [...] (ANA CÉLIA SILVA, depoimento à autora, ago./2007, p. 2).

Ana Célia da Silva é pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Educação e do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da UNEB/Campus I. Na época, ocupava a presidência do Conselho das Entidades Negras e a sua afirmação a respeito do pouco interesse por parte do Movimento Negro pelas questões relativas à educação formal está relacionada às dificuldades na articulação entre cultura e política por parte do Movimento Negro naquele período. Conforme Silva (1988), entre as décadas de 1970 a 1980, travava-se um debate interno entre duas tendências do movimento que, inclusive, gerava tensões que interferiam na percepção da importância de iniciativas como essa por parte de determinados grupos. Apesar disso, a carta do Movimento Negro baiano ratificou a necessidade da disciplina nas escolas e a solicitação feita sete meses antes pelo CEAO.

Acreditamos que a proposta apresentada pela professora Yêda teria recebido o apoio da comunidade negra por representar, conforme o depoimento da profa. Ana Célia, antigos anseios do Movimento Negro no campo da educação e em função da estratégia de ação criada para que a disciplina fosse efetivamente incluída nas escolas. Isso significa dizer que, ao tempo em que a solicitação foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação, a direção do CEAO já

planejava a metodologia para que fosse efetivada a inclusão da disciplina, ou seja, a partir da formação dos professores em serviço da rede estadual. Essa mudança de estratégia pode ter sido motivada pela avaliação e acompanhamento dos resultados do curso realizado em 1982, evidenciada no seguinte trecho dos depoimentos da professora Yêda Castro e de Sr. Climério Ferreira:

[...] porque nós começamos a oferecer o curso em 82 e aí nós vimos a necessidade de ter um vínculo oficial, por quê? Por que razão nós estamos oferecendo esse curso? E levar essas informações pra quem? Entendeu? Então, as informações seriam repassadas para os professores da rede estadual e esses daí seriam multiplicadores dessas informações para os seus alunos e outros professores também que quisessem participar disso. Então, a nossa preocupação foi encaminhar o documento, fazer os trâmites burocráticos. [...] Daí oficializando, nós poderíamos, como eu lhe disse, nós poderíamos então tirar os professores da sala de aula num determinado momento pra dentro do curso. E depois voltar esses professores pra suas respectivas escolas. Porque nós não queríamos complicar, quer dizer, pra não criar mais problema. Foram inúmeros os problemas, não foi fácil fazermos aquilo. Foram inúmeros os problemas. Para facilitar exatamente a introdução desse curso, nosso público alvo seriam os próprios professores já instalados dentro da rede, entendeu? Já lecionando nas suas escolas. Eles sairiam para o curso e voltariam para mesma escola pra ensinar essa disciplina. Então, por isso que foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, pra o Conselho dar o parecer e daí encaminhar ao Secretário para analisar e depois dar o seu aval ou não. Porque também a gente não sabia se seria favorável ou não, você entendeu? Todos esses problemas. Mas, felizmente, Edivaldo sempre foi um homem de uma visão muito larga também e entendeu. Ele muito suscetível a essa área de estudos. Além de ser meu amigo há muitos anos também. Então, nós conseguimos. (YÊDA CASTRO,

depoimento à autora, ago./2007, p.11).

[...] Então, nós entramos em contato, professora Yêda e eu, com o professor Edivaldo Boaventura, então Secretário da Educação, e ele abraçou a idéia de bom grado e proporcionou todos os meios possíveis para que a coisa andasse da maneira que nós pretendíamos. Isso foi no governo do Doutor João Durval, na década de oitenta. (CLIMÉRIO FERREIRA, depoimento à autora, set./2007, p. 1).

A iniciativa que começava a ser delineada exigiria um esforço de convencimento dos dirigentes das escolas e das autoridades de educação para que estes possibilitassem a infra-estrutura necessária à participação dos professores no curso de formação. Em 15 de maio de 1985, quase dois anos após a primeira solicitação, o Conselho Estadual de Educação forneceu o parecer nº 89/85, aprovando a inclusão da disciplina *Introdução aos Estudos Africanos* no 1º ou 2º grau, pelas escolas particulares ou da rede oficial, na parte diversificada dos currículos. No texto do parecer consta que houve vários encontros entre a Comissão de Currículos e Experiências Pedagógicas do Conselho, a direção do CEAO e representantes do Movimento Negro de Salvador. Além dos encontros, o CEAO teria encaminhado o *Termo de Convênio* de 1974 e o conteúdo programático da disciplina para ser anexado ao processo.

Com base na Lei 5.692/71, modificada pela Lei 7.044/82, que preconizava a existência de uma base curricular comum e obrigatória em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender às peculiaridades locais, o Conselheiro Padre José Hamilton Almeida Barros concluiu que a inclusão da referida disciplina teria respaldo legal e que

esta poderia compor o conjunto de disciplinas indicadas pelo Conselho nos currículos de 1º e 2º graus das escolas, desde que as mesmas fizessem a solicitação. No parecer, o referido Conselheiro, além de fundamentar suas conclusões na legislação, destacou o aspecto cultural e pedagógico da iniciativa, reconheceu que a inclusão da disciplina atenderia a “uma expectativa de grande parte da população interessada na compreensão de ser brasileiro e baiano”, afirmou que o CEAO deveria contribuir na “preparação e assistência à execução da programação que se pretende” e argumentou que:

[...] a operacionalização deverá ser discutida pelo órgão competente da SEC, com o órgão supervisor da disciplina, no caso, o CEAO e as escolas interessadas na implantação, a fim de que se faça de maneira gradual, em vistas ao objetivo a ser alcançado. [...] Pelo exposto, somos de parecer que não existe impedimento de ordem legal para que a disciplina ‘Introdução aos Estudos Africanos’ possa ser oferecida, a nível de 1º ou 2º grau, por escolas particulares ou da rede oficial, que assim desejem fazê-lo. A referida disciplina pode constar da parte diversificada dos currículos dos supracitados graus de ensino, sem que dependa de prévia aprovação por parte do Conselho Estadual de Educação, de acordo com a legislação em vigor [...]. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO, PARECER 89/85, p. 3).

Assinaram o parecer na condição de Conselheiros: o Presidente do Conselho Raimundo José da Matta, a Presidente da Comissão de Currículos e Experiências Pedagógicas, Yolanda Piva Pinto, o Presidente da Comissão de Ensino de 1º e 2º Graus, Enoch Senna Souza e os Relatores José Hamilton Almeida Barros e Solon Santana Fontes. Conforme as determinações constantes no documento, o Conselho Estadual de Educação

designou o CEAO como órgão que auxiliaria na preparação, construiria a programação e supervisionaria a inclusão da disciplina. Além disso, estendeu a oferta ao ensino de 2º grau e afirmou a necessidade de articulações entre o referido Centro com o órgão da Secretaria de Educação e Cultura-SEC responsável pela atividade. Apesar de haver referências ao conteúdo da disciplina, que teria sido construído pelo CEAO, não encontramos no Parecer outros anexos que se refiram a tais conteúdos. Um ponto discutível no Parecer do Conselho é que a inclusão da disciplina seria facultada ao interesse do estabelecimento de ensino, o que significa que dependeria da iniciativa, principalmente, de diretores e professores.

Após a publicação do Parecer, no dia 06 de junho de 1985, o então Secretário de Educação, professor Edivaldo Boaventura, encaminhou uma comunicação ao Conselho de Entidades Negras da Bahia para dar conhecimento da aprovação da disciplina e convidar a instituição para o ato de homologação da Resolução. A homologação foi realizada no dia 10 de junho de 1985, através da Portaria nº 6068, publicada no Diário Oficial do Estado de 11 de junho de 1985.

O SECRETÁRIO DA EDUCACAO E CULTURA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE
Determinar ao Departamento de Ensino de 1º e 2º Graus DEPSG/SEC – que providencie a inclusão da disciplina “Introdução aos Estudos Africanos”, na parte diversificada dos currículos das escolas de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino. [...] (BAHIA, 1986, p. 21).

Edivaldo Boaventura, atualmente, é Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, trabalha na Universidade do Salvador –

UNIFACS, na Fundação Visconde de Cairu e é Diretor Geral do Jornal A Tarde. Sobre a solicitação da disciplina, ele argumenta que:

[...] Bom, isso eu era Secretário de Educação e Cultura da Bahia quando recebi do CEAO, encaminhada pela professora Yêda Pessoa de Castro, uma requisição a fim de que instalássemos na Bahia a disciplina *Introdução aos Estudos Africanos* na escola secundária. Bom, isso, o assunto foi discutido no Conselho. Aliás, largamente discutido no Conselho Estadual de Educação. O Monsenhor José Hamilton Almeida Barros, já falecido, deu um parecer que nos ajudou bastante e a matéria foi então introduzida na escola média. Mas, ao lado disso, nós desenvolvemos um curso de especialização, a nível de pós graduação, com recursos da Secretaria de Educação e com participação do CEAO. Ai formou-se a primeira turma de professores. (EDIVALDO BOAVENTURA, depoimento à autora, set./2007, p. 1).

A partir do depoimento do professor Edivaldo Boaventura e conforme afirmamos anteriormente podemos inferir que, enquanto a solicitação tramitava no Conselho Estadual de Educação, já havia negociações relativas à organização do curso de formação para professores da rede estadual. Isso porque, a professora Yêda Castro, juntamente com a historiadora Eugênia Lúcia Vianna Nery do Espírito Santo⁸, elaborou o projeto *Introdução aos Estudos Africanos* cuja proposta defendia que os professores dedicassem parte de sua jornada de trabalho para fazerem o curso *Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas*, em nível de especialização,

⁸ Eugênia Nery era historiadora, trabalhava no CEAO, foi coordenadora da Assessoria de Estudos Africanos criada em 1986 e atuou na coordenação do *Projeto Introdução aos Estudos Africanos*. Faleceu no ano de 1995 e, em sua homenagem, foi lançado em 2004 o livro com o título de seu projeto de Doutorado BOAVENTURA, Edivaldo; SILVA, Ana Célia da. (orgs.). **Formas Alternativas de Educação da Criança Negra em Salvador**: O Terreiro, a Quadra e a Roda. Coletânea de Textos do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFBA. Salvador: Editora UNEB, 2004.

que os habilitaria a ensinar a disciplina *Introdução aos Estudos Africanos*. O curso seria voltado eminentemente para professores da rede estadual, no entanto, a direção do CEAO também ofertou um curso, em nível de extensão, para atender aos anseios das pessoas interessadas pelo tema e que estavam fora do perfil a ser atendido no curso de especialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto em questão foi realizado numa ampla articulação que envolveu o CEAO, o movimento negro baiano, o então Secretário estadual de educação, além de estudiosos. A estratégia utilizada para garantir a presença dos professores no curso, a preocupação com a competência dos docentes que ministrariam as disciplinas e mesmo a tensão entre o discurso da militância e sua relação com o discurso acadêmico revelam que havia um amplo comprometimento das pessoas envolvidas no projeto. Aliada a essas questões, nesse mesmo período, a professora Yêda ainda enfrentava a resistências à sua atuação como gestora do CEAO. Sobre essas questões ela argumenta que:

[...] O que aconteceu aí foi o seguinte: nós não tiramos os professores da sala de aula, mesmo porque o que nós solicitamos à Secretaria é que eles fossem dispensados num determinado horário, entendeu?, pra frequentar o curso. Foi isso que aconteceu. Quer dizer, eles não ficaram dispensados das aulas. [...] Quer dizer, nós fizemos tudo pra facilitar e não pra complicar. Porque já estava tudo muito complicado. Todo mundo complicando tudo, entendeu? (risos) Então, fizemos pra facilitar, sem querer complicar nada. Mesmo porque, às vezes, o discurso do Movimento Negro era aquele discurso entusiasmado e forte naquele momento, como devia ser.

Naquele momento devia ser assim pra ser imposto, senão não teria imposto. Então, mas era um discurso de militância, entendeu? Um discurso que nem sempre um discurso de militância, ele corre lado a lado com o discurso acadêmico, não é isso? Eles não se encontram, não se encontram, não é mesmo? Então havia também o discurso de militância do Movimento Negro e uma certa reação em relação a mim por eu ser branca, entendeu? [...] (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p.12-13).

Em seu depoimento, a professora Yêda revela parte das dificuldades enfrentadas no processo de organização e planejamento do curso. Além disso, afirma que houve dificuldades em encontrar docentes para ministrar as disciplinas, para conseguir o financiamento do projeto e que ainda sofreu pressões por parte dos militares em função do país estar em plena ditadura. Essas pressões implicavam na fiscalização do conteúdo a ser ministrado nos cursos e foram reveladas no seguinte trecho:

[...] A primeira dificuldade foi conseguir financiamento, entendeu? Primeira dificuldade: conseguir financiamento pra fazer o curso. Segunda dificuldade: selecionar os professores que dariam o curso. Porque nós não queríamos qualquer um dentro de sala de aula dando o curso. Nós escolhemos realmente aqueles que nós considerávamos competentes e que, de fato, são. Professor Ronaldo Sena que hoje é professor da Universidade de Feira de Santana, que fez um trabalho belíssimo. Ele é antropólogo. [...] O professor Jorge Conceição que era meu amigo há muito tempo também e que eu conhecia o trabalho dele. [...] Professora Eugênia Nery, professora de História na Universidade Federal, no Departamento de História, extremamente competente, todo mundo sabe disso. Pois bem, Arany também colaborou com Eugênia no curso de História, nós publicamos até um trabalho feito por ela em conjunto com a Eugênia Nery. Você vê que nós estávamos realmente

rodeadas de pessoas da maior competência e pessoas engajadas com a causa, entendeu? Pessoas que sabiam da necessidade de passar essa informação adiante. Não ficar apenas no círculo acadêmico, limitada às poucas pessoas do círculo acadêmico. Nós tínhamos que passar isso adiante. Então, a dificuldade foi essa: primeiro, financiamento, depois, escolher quais e como seria formada essa equipe de professores. Terceiro, as dificuldades junto à própria secretaria pra poder dar encaminhamento ao processo. Mesmo porque alguns professores como Jorge conceição, por exemplo, não era professor da Universidade. Nós tínhamos então de fazer toda uma, um circuito pra poder chegar, alcançar aquilo que nós perseguíamos. Enfim, e a própria reação dentro do conselho, entendeu? Por que esse curso? Pra quê esse curso, ia incentivar coisas de racismo, não sei o quê? E como eu lhe disse, a própria questão da ditadura. Nós estávamos na ditadura, entendeu? Então era a mesma coisa, do outro lado os militares querendo saber por que é que a gente queria dar esse curso. Qual era a intenção desse curso? Quer dizer, uma coisa atrás da outra. Não podia nem comentar nem falar naquela época, entendeu? Era coisa de 'bico calado'. Não comentava porque não podia comentar. Quer dizer, é uma coisa que agora eu estou lhe revelando, entendeu? Meus amigos mais íntimos aqueles que conviviam comigo no momento, Eugênia Nery sabia, entendeu? Mas Arany não sabia, por exemplo. Nós não podíamos falar. [...] Todos os militares, todos de olho na gente porque nós estávamos tratando de coisas da Rússia, da China comunista e de negro. Por que? Se nós temos uma democracia racial que era o discurso oficial do momento. Você sabe que o discurso era esse de democracia racial e, então, porque é que nós estávamos tratando 'coisas de negro' se nós vivemos uma democracia racial aqui?(YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p.13-14).

A direção do CEAO enfrentou todas essas dificuldades para dar prosseguimento às articulações para a realização do curso de formação sem, contudo, desprezar a necessidade de articulações permanentes com

o Movimento Negro. Nesse sentido, a professora Yêda Castro afirmou ter resistido às pressões buscando, inclusive, estabelecer um diálogo com militantes destacados no Movimento e que poderiam contribuir na formatação do curso:

[...] Quando Lélia Gonzáles esteve aqui [...] ela foi ao CEAO, nós tivemos uma conversa muito séria sobre isso. O que é que nós vamos ensinar? O que é que nós vamos dizer? Eu disse: - Olha, Lélia, nós não vamos fazer discurso de militância. Nós queremos fazer um discurso acadêmico, um discurso científico. Entendeu? Agora, pra usar esse discurso científico nós temos de driblar (ênfase) a ditadura. Porque senão nós iríamos ensinar quem? Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, o discurso da democracia racial. E é isso que nós não queremos ensinar. Nós temos de ser muito sutis, entendeu?, pra mostrar que isso não existe, entendeu? Você vê que a dificuldade era de toda a ordem, de todos os lados. Não era, não era, não foi fácil, não foi fácil. E o tempo que eu passei na direção do CEAO, todo esse tempo que foi o tempo cruel da ditadura, entendeu? Eu sofri essa pressão, sofri essa pressão constantemente. E era engraçado: por um lado, a Universidade dizendo que eu estava vulgarizando a Universidade porque eu abri as portas pra comunidade, sobretudo a comunidade negra, botei como professores no CEAO pessoas que não tinham nenhuma formação acadêmica, entendeu? E os militares querendo saber por que é que nós estávamos fazendo essa 'coisa de negro' lá dentro, se nós tínhamos uma democracia racial? E, do outro lado, o Movimento Negro, os militantes do Movimento, mais fundamentalistas do Movimento Negro, me acusando de eu ser uma branca na direção de um Centro de Estudos que tratava de negros. Então, você veja como é que eu estava cercada por todos os lados (risos). Mas, graças a Deus, eu sobrevivi e fui à frente e fui botando à frente os projetos e vencemos. [...] (YÊDA CASTRO, depoimento à autora, ago./2007, p. 12-14).

As articulações com o Movimento Negro foram relevantes na medida em que a

professora Yêda tinha certeza de que não caberia o discurso “militante” no curso de formação e que a literatura sobre o tema em questão era problemática, pois favorecia uma abordagem da história e cultura africana pautada em estudos baseados em teóricos como Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Nesse trecho de seu depoimento, ela revela que as iniciativas (o curso de 1982 e o projeto em 1985) não foram realizadas em um ambiente político e ideológico favorável, em função das pressões dos militares, de determinados setores do Movimento negro e até mesmo da Universidade. Muitos fatos ocorreram após a conclusão do curso de formação em questão. As reflexões dos professores que participaram do projeto, os encontros, desencontros e os desdobramentos durante as aulas e no encerramento do curso podem ser encontrados na obra de Cruz (2008).

Esse capítulo da história do CEAO, que constitui uma experiência relevante na História da Educação Baiana propicia uma leitura que relaciona passado em presente quando nos debruçamos sobre os desafios postos frente ao cumprimento da Lei 10.639/03. Apesar disso, nesse texto, buscamos demonstrar a atuação da professora Yêda Pessoa de Castro que, enquanto esteve como diretora do CEAO na década de 1980, se empenhou para que o centro cumprisse a sua função como um importante órgão da universidade, buscando ampliar a participação da comunidade negra nas suas atividades e agregar as contribuições do Movimento Negro no dimensionamento das propostas e ações. Sem recorrer a anacronismos, é importante que conheçamos essa experiência educacional para que repensemos os desafios à elaboração de uma educação para as relações étnico-

raciais no Brasil e à inclusão da história da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolares tal como reza a Resolução CNE nº 17 de 17/06/07. (BRASIL, 2004).

REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria Estadual de Educação e Cultura. **Introdução aos Estudos Africanos**: documentos. Salvador: SEC, 1986.

BOAVENTURA, Edivaldo. Estudos africanos na escola baiana: relato de uma experiência. In. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 12, n. 19, p. 41-51, jan./jun., 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Resolução nº 1, de 17 de junho 2004.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10/01/2003.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. D.O.U de 11/03/2008.

CASTRO, Yêda Pessoa de. Agostinho da Silva e o relacionamento lingüístico Brasil-África. In. **Atas do Colóquio Internacional Agostinho da Silva e o Pensamento Luso-Brasileiro**. Associação Agostinho da Silva. Lisboa: Âncora Editora, 2006. p. 331-338.

CASTRO, Yêda. O Reitor Lafayette de Azevedo Pondé e a promoção dos estudos afro-brasileiros. In. **Lafayette de Azevedo Pondé, Homenagens a um mestre**. Salvador: Edições Contexto, 2007. p. 105-107.

CONFERÊNCIA de Bandung. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Bandung>. Acesso em 22 de janeiro de 2008.

CRUZ, Cristiane C. da. **Introdução aos Estudos Africanos na escola**: trajetórias de uma luta histórica. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação - FACED, Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2008.

CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para Combater o Racismo:** um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador: Núcleo Cultural Afro Brasileiro, 1989.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In. LARKIN-NASCIMENTO, Elisa (org.). **Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996. Vol. I

MUNANGA, Kabengele. Estudos sobre a África Subsaariana nos Países da América Latina. In.: BOAVENTURA, Edvaldo; SILVA, Ana Célia da. **Formas Alternativas de Educação da Criança Negra em Salvador: O Terreiro, a Quadra e a Roda.** Coletânea de Textos do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFBA. Salvador: Editora UNEB, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro-brasileira – perspectivas e dificuldades. In. **Padê**– Revista do CERNE – Centro de Referência Negro-mestiça, n° 1, Salvador, 1989.

SANTOS, Arany Santana dos. Inclusão da disciplina “Introdução aos estudos africanos” nos currículos da rede estadual de 1º e 2º graus da Bahia. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/736.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2006.

SILVA, Jônatas Conceição. História de lutas negras: memórias do surgimento do Movimento Negro na Bahia. In. **MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo.** São Paulo: Confraria do Livro, 1988. p. 48-51.

FONTES DOCUMENTAIS

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, PARECER N° 89/85. Documento dos arquivos do Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 1985. Texto Datilografado. 4p.

CURSO Introdução aos Estudos Africanos. Fichas de Inscrição. Documentos dos arquivos do Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 1982. 40 p.

OFÍCIO n° 183 de 1º de agosto de 1983. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 1983. texto datilografado. 2 p.

OFÍCIO n° 25 de 25 de janeiro de 1986. Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 1986. texto datilografado. 2 p.

PROJETO “Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas”. Documento dos arquivos do Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, [1985?]. Texto datilografado. 5 p.

TERMO DE CONVÊNIO. Documento dos arquivos do Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 1986. Texto datilografado. 4 p.

TERMO DE CONVÊNIO. Documento dos arquivos do Museu Afro-brasileiro. Salvador, 1974. Texto datilografado. 5 p.